



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 6 N.7 Julho de 2017

**A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E FLORESTA: UM ESTUDO DE CASO DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXINHA, BAIÃO/PA**

**Carla Kelen de Andrade Moraes
João Olegário Pereira de Carvalho
André Sousa dos Santos**

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará
Periodicidade Mensal – Volume 6 – N° 07– Julho de 2017 (Especial V Seminário Amazonas)

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Rômulo Simões Angélica

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado e Doutorado em Economia: Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial

Armando Lírio de Souza

Marcelo Bentes Diniz

Ricardo Bruno dos Santos

Francisco de Assis Costa

José Raimundo Trindade

Danilo de Araújo

Fernandes

Gilberto de Souza Marques

Sérgio Luis Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz



Cadernos CEPEC
Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

Este número especial deve-se ao V Seminário Amazônias realizado no período de 20 a 22 de setembro de 2016, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) e Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET), os artigos publicados foram selecionados para participação no referido seminário.

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail: jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <https://goo.gl/UuiC84>

Portal de Periódicos CAPES: <https://goo.gl/TKEB4>

A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E FLORESTA: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BAIXINHA, BAIÃO/PA

Carla Kelen de Andrade Moraes¹
João Olegário Pereira de Carvalho²
André Sousa dos Santos³

RESUMO

Este estudo propõe mostrar como se dá a relação dos moradores da Comunidade Quilombola Baixinha, em Baião/PA com a floresta. O estudo foi realizado no período de setembro de 2010 a março de 2011, e as informações foram obtidas a partir de dois diagnósticos locais e um inventário amostral da área de floresta (3 hectares). Dentre as informações coletadas, pode-se perceber que apesar de muitos apoios recebidos, a comunidade não conseguiu desenvolver programas de sustentabilidade alimentar e econômica. Dentre as espécies existentes na comunidade, houve o destaque das palmeiras *Oenocarpus bacaba* Mart (Bacaba) e *Atalleia maripa* (Aubl.) Mart. (Inajá) em função da abundância e frequência, assim como, uso feito pelos moradores. A bacaba se destaca como o principal produto da floresta explorado e comercializado pela comunidade, trazendo retorno econômico as famílias que praticavam essa atividade. Após ações desenvolvidas por um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq em 2008, além da forma natural de comercialização da bacaba, a comunidade também passou a conhecer e comercializar seus subprodutos: licor, geleia e suco energético. E o manejo da palmeira surgiu como condição essencial para aumento da produtividade e conservação da mesma.

Palavras-chave: Gestão Florestal. Produtos Florestais. Comunidade Quilombola

ABSTRACT

This study has the purpose to show how is the relationship between the Baixinha Quilombola community, located in Baião/PA, and the forest around it. The study was conducted from September 2010 to March 2011, and data were obtained from two local diagnostics and sample inventory of the forest area (3 acres). Among the information collected, it can be noticed that although many endorsements received, the community failed to develop the programs for food and economical sustainability. Among the species found in the community, the highlight was the *Oenocarpus bacaba* Mart (Bacaba) e *Atalleia maripa* (Aubl.) Mart. (Inajá) palm, because of its abundance and frequency observed, and also because of the main use done by residents. The “bacaba” stands out as the main exploited forest product marketed by this community, because it brings economic returns to the families who collect it. After some actions that were developed by a research project supported by CNPq in 2008, besides the natural form of marketing “bacaba”, the community also came to know and market some “bacaba`s” byproducts like: liquor, a jam made and an energy juice. The management of the palm emerged as the essential condition to increase the productivity and conservation of this species.

KEYWORDS: Forest management. Forest products. Quilombola Community.

¹ Administradora, Doutoranda em Ciências Florestais pela UFRA. Docente Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: carlakelen23@yahoo.com.br

² Doutor em Silvicultura Tropical (Forestry) pela Universidade de Oxford, Inglaterra e PhD. Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: olegario.carvalho@gmail.com

³ Engenheiro Florestal formado pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: andreengenheiroflorestal@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	8
3. A COMUNIDADE.....	10
4. O MEIO AMBIENTE E O USO DA FLORESTA NA COMUNIDADE.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia possui a maior floresta tropical que ainda existe no mundo e esta, que é detentora de 7% da superfície do planeta, contém mais de 50% das espécies da terra (SHANLEY; MEDINA, 2005).

Explorar os recursos da floresta é uma prática vivenciada pelos povos tradicionais que nela habitam e para Lima et al. (2003), as populações rurais da Amazônia ocupam aproximadamente um terço das florestas da região, mas detêm uma parcela mínima da riqueza gerada pela indústria madeireira.

Esse processo em que os povos retiram da floresta o que precisam para sobreviver, e denominado por muitos autores de extrativismo “é uma realidade na Amazônia, simplesmente porque ele é o processo econômico disponível e utilizado pela maior parte das pessoas que vivem dentro da floresta amazônica” (ANDERSON et al., 1994). Essa realidade é vivenciada pela comunidade pesquisada (Baixinha), onde há o extrativismo de várias espécies, com destaque o da *Oneocarpus bacaba* Mart. (bacaba), visto a ocorrência da regeneração natural da espécie em grande parte da área coberta por floresta.

Na comunidade Baixinha a preocupação de que a área do bacabal estaria ameaçada pelos próprios moradores, fomentou uma busca por alternativas viáveis para resolver o problema, e dentre elas a gestão dos recursos naturais da comunidade, assim como, o uso múltiplo desses recursos, que surgiu através do projeto “Bacaba: apoio a sustentabilidade alimentar e geração de renda para as famílias da comunidade quilombola Baixinha, Baião/PA”, desenvolvido no período de 2008 a 2011.

O projeto foi fruto da demanda de lideranças da comunidade Baixinha para o Instituto de Desenvolvimento, Educação Ambiental e Solidariedade (IDEAS), ONG atuante no município de Baião, que iniciou com as atividades em junho de 2008.

O “projeto Bacaba”, como ficou conhecido, tinha o objetivo de implementar ações voltadas para o uso sustentável da bacaba, visando a geração de alimento, renda e melhoria da qualidade de vida das famílias remanescentes de quilombos, e de modo específico visava: fortalecer a participação popular nos processos de tomada de decisão e implementação do projeto; diagnosticar as potencialidades locais e fontes de alimentação, utilizada pela comunidade, provenientes da natureza; fortalecer o caráter social e cooperativo dos quilombolas, relacionados às potencialidades de produção, fontes de alimentação local e

manejo sustentável do bacabal⁴; e diversificar e valorizar os produtos oriundos da comunidade, visando agregar valores e ampliar mercado.

No entanto, a prática extrativista pode ser vista como uma atividade predatória se não for realizada com prudência e respeito às características ecológicas das espécies que se deseja explorar, por isso é muito importante o conhecimento sobre gestão dos recursos naturais.

“Sobre a gestão florestal sustentável, a primeira coisa a se pensar, é em um plano onde vai se tentar organizar a sociedade e o setor florestal como um todo, de forma que se atinja o objetivo de produzir sustentavelmente. E para isso é preciso planejar as atividades a curto e longo prazos, estudar os cenários, estabelecer as demandas, envolver a comunidade, compatibilizar a atividade de economia florestal com o meio ambiente, compreender o potencial produtivo e ecológico, tanto atual quanto futuro, e atender as necessidades humanas” (SCHENTINO, 2000).

Atualmente o manejo tem sido a prática mais utilizada nas atividades florestais ou agroflorestais, e na visão ecossistêmica ou sustentável do manejo deve-se ter o objetivo de uso dos recursos florestais, porém, de forma compatível com a conservação de todo o ecossistema.

Como a comunidade Baixinha pratica tanto a agricultura de subsistência (de corte e queima), em determinadas épocas do ano, quanto o extrativismo de algumas espécies, como por exemplo a bacaba, a pesquisa foi enfocada nos aspectos socioeconômicos da comunidade, visando encontrar alternativas de uso e/ou comercialização de espécies potenciais da floresta. Dentro desse contexto, este artigo, vem apresentar como se dá a relação da Comunidade Quilombola Baixinha com a floresta, com relação a gestão comunitária desse recurso natural dentro dos aspectos socioculturais, econômicos/produtivos e ambientais.

2. O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A coleta de dados foi realizada em distintos momentos no período de agosto de 2010 a março de 2011, aproveitando as ações do projeto Bacaba, onde primeiramente foram coletados os dados sociais, no intuito de compreender a dinâmica comunitária com relação aos aspectos: étnicos, crença, cultura, educação, saúde, comércio, entre outros.

Para a melhor compreensão da comunidade foram realizados dois estudos específicos: um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP e um Estudo de Mercado da Bacaba. A primeira pesquisa envolveu além de um consultor especializado em DRP’s, a equipe técnica do projeto,

⁴ Bacabal: área de reprodução natural das palmeiras da espécie *Oenocarpus bacaba*

uma equipe de colaboradores e todos os moradores da comunidade e a segunda envolveu um consultor, a equipe técnica do projeto e um grupo de moradores que trabalhavam com o extrativismo da Bacaba.

Para o levantamento das informações foram utilizadas metodologias como: mapeamento dos recursos naturais, matriz, diagrama de venn, calendário agrícola, diagrama de fluxo, diagrama de comercialização, diagrama de rede e entrevistas semiestruturadas com pessoas chaves. A coleta de informação também serviu para dialogar com as famílias quilombolas sobre a realidade da comunidade em relação aos aspectos sociais/culturais, econômicos/produtivos e ambientais/ecológicos.

Com relação ao estudo da floresta comunitária, foi feito um inventário amostral em uma área de 3ha., onde foram identificadas botanicamente todas as árvores e palmeiras com $DAP^5 \geq 10$ cm em 300 parcelas de 10 x 10 m, assim como, as arvoretas ($5\text{cm} \leq DAP < 10\text{cm}$), varas ($2,5\text{cm} \leq DAP < 5\text{cm}$) e mudas ($DAP < 2,5$ e altura superior a 30cm) em 60 parcelas de 5 x 5 m para as duas primeiras classes e 5 x 1 m para a última classe, conforme mostra a figura abaixo:

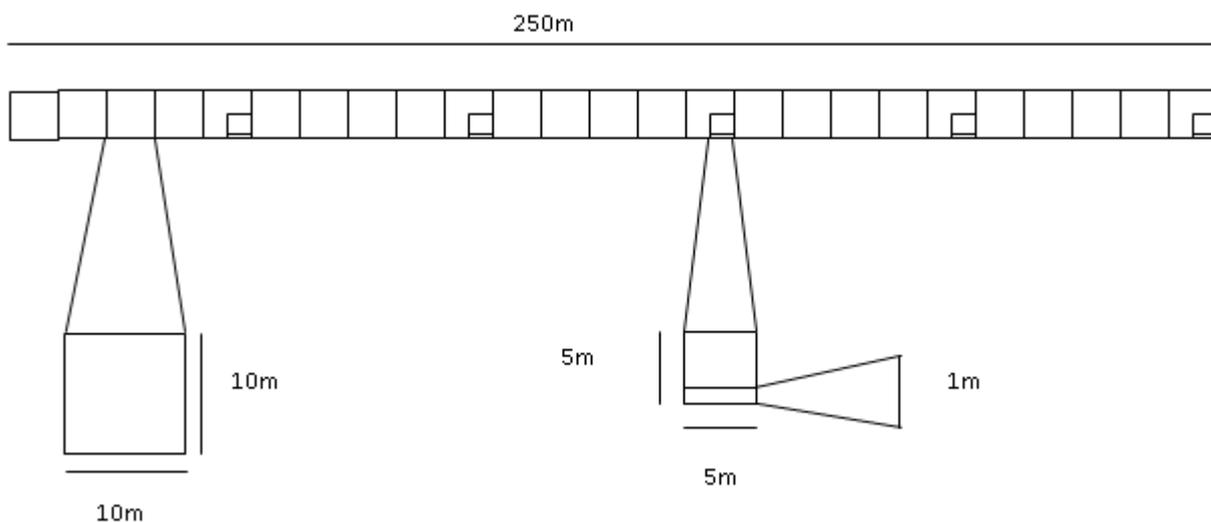


Figura 1: Croqui de uma parcela amostral de pesquisa instalada na comunidade Baixinha, Baião, Pará.

A maioria das espécies foram determinadas botanicamente *in loco* por um Parobotânico da Embrapa Amazônia Oriental. Nos casos de dúvida quanto à sua identificação, coletou-se material botânico para posterior determinação no Herbário IAN do Laboratório de Botânica da Embrapa Amazônia Oriental, utilizando o sistema Cronquist (1981). Os procedimentos para coleta e registro dos dados nas parcelas amostrais foram baseados nos

⁵ Diâmetro a altura do peito

propostos por Ferreira et al. (2006), com algumas adaptações, e a análise dos dados foi feita no programa EXCEL. Além no nome os indivíduos identificados também foram classificados quanto a sanidade, uso e tempo de uso, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Classificação dos indivíduos determinados botanicamente, quanto à sanidade, tipo de uso e tempo para uso.

Estado da Planta	1	Boa (sem dano)
	2	Média (com dano, mas aproveitável $\geq 50\%$)
Uso		Madeira
		Frutos
		Óleo
		Fibra
		Medicinal
		Artesanal
		Ornamental
Quando usar		Outros
	1	Presente (ter o diâmetro mínimo de 10cm e ter uso imediato)
	2	Futuro (ainda não atingiu o diâmetro mínimo estabelecido ou as condições necessárias para uso)

Fonte: Autores.

3. A COMUNIDADE

A ocupação territorial da comunidade Baixinha iniciou por volta de 1860 com a chegada de aproximadamente 15 (quinze) famílias provenientes das localidades de Limão, Santana, Jacundá e Frade Itapaçú. Ao longo dos anos a paisagem da comunidade começou a ficar bastante alterada, tanto pelo aumento da ocupação territorial por novas famílias, quanto pela degradação das áreas florestadas, proveniente do processo de agricultura (corte e queima) praticada pelas famílias.

Em 29/09/2002, a comunidade recebeu a titulação de suas terras, expedida pelo Instituto de Terras do Estado do Pará - Iterpa, através de um título de terra coletivo concedido para a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto e Baixinha (ARQIB). A área de todas as comunidades agregadas no título de terras é de 17.357 ha, mas essa área foi dividida para cada comunidade detentora do título, através de acordos entre os seus comunitários, com base em alguns indicativos relacionados à caça e à prática extrativista de coleta de frutos e de outros produtos da floresta.

“A legalização que dá o direito à posse da terra por meio do título definitivo a comunidades quilombolas é um direito garantido no Art. 68 da Constituição Federal desde 1988. No entanto, não tem sido fácil colocar em prática esse processo de legalização territorial, visto que até o ano de 2005, havia pouco mais de 100 comunidades com o título de suas terras” (ANDRADE, 2005).

Baixinha apresenta um grande potencial extrativista devido à existência de uma grande reserva da palmeira bacaba (*Oneocarpus bacaba* Mart), o que garante o sustento das famílias durante o período da safra que vai de novembro a maio. Entretanto, este recurso vem sendo reduzido ao longo dos anos devido ao uso desordenado da área, por parte dos próprios moradores.

O sistema de plantio utilizado pela comunidade (corte e queima) tem causado o desmatamento e conseqüentemente a abertura de novas áreas, reduzido o tamanho da reserva existente na localidade. Além da bacaba, a floresta é constituída por diversas espécies arbóreas de interesse econômico para os habitantes, como a copaíba, castanha-do-pará, barbatimão, bacuri, inajá, pequi, açaí, etc.

A presença de floresta primária ocasionava exploração de arvores em toras por madeiras da região nas décadas de 1970 a 1980. Muitas dessas árvores ficaram esquecidas na área, e até hoje, pode-se observar os resquícios dessa atividade. Os moradores vendiam as árvores em pé, por um preço simbólico, na maioria das vezes o valor suficiente para comprar o alimento do dia para a família. Em alguns relatos essas árvores centenárias chegaram a ser vendidas pelo valor equivalente na época da pesquisa a R\$ 10,00.

Os madeireiros da região abriram estradas nas comunidades de Baixinha e outras vizinhas para buscar as toras de madeira que compravam. Uma dessas estradas serve até hoje para a comunidade como estrada de acesso à área de agricultura e também dá acesso à área de floresta (Bacabal).

Em Baixinha, a área da comunidade utilizada para a prática da agricultura é coletiva, assim como, a área do Bacabal com aproximadamente 100 ha, onde se estima que exista cerca de 10.000 pés de palmeiras produtivas. A comunidade, há alguns anos definiu uma área coletiva onde devem ser feitas as roças ou plantios, porém atualmente esse acordo não vem sendo respeitado por todas as famílias, que acabam usando a área de Bacabal para esse fim (COUTINHO et al, 2006).

Durante o DRP, foram coletadas informações sobre os aspectos: sociais e culturais, como organização, relações sociais internas e externas, educação, saúde, conflitos, infraestrutura, lazer, festividades, danças e culinária; econômicos e produtivos, como financiamentos e comercialização; e meio ambiente e uso da floresta, relacionado a forma que

se dava esses processos. Para essa pesquisa foram usados os dados relacionados aos aspectos de meio ambiente e de produção.

4. O MEIO AMBIENTE E O USO DA FLORESTA NA COMUNIDADE

Os principais produtos explorados pela comunidade eram os produtos florestais não madeireiros (PFNM), que são recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações, e incluem plantas medicinais, frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna, etc.

Com relação ao mercado para os produtos florestais não madeireiros, as pesquisas revelam ser crescente o interesse dos consumidores além de ser ambientalmente correto (BORGES; BRAZ, 1998).

Os frutos obtidos da floresta comercializados pela comunidade são: bacaba (R\$ 7,00 a 10,00/lata), bacuri (R\$ 25,00/cento e R\$ 0,25/unid.), castanha-do-pará (R\$ 20,00/lata), uxi (R\$ 1,00/dúzia), pequiá (R\$ 0,10/unid.), etc. Já as espécies medicinais são: barbatimão (R\$ 4,00/maço), pau doce (R\$ 4,00/maço), nuerá (R\$ 1,00 a 2,00/maço), verônica (R\$ 4,00/maço), cumarú (R\$ 4,00/kg), caranã (R\$ 5,00/milheiro), fruto do tauari (R\$0,30/unid.), fruto da sucuba (R\$ 15,00/milheiro), urupê (R\$ 20,00/milheiro), pataca melenta (R\$ 25,00/milheiro) e cipó torto (R\$ 0,50/metro).

Como artesanato, a comunidade comercializava: sementes de seringueira (R\$ 2,00/milheiro), curuatá do inajá (R\$ 0,50/unid.), caroço de inajá (R\$ 0,30/kg), vassoura do cacho de inajá (R\$ 0,50/unid.) e najaí da vassoura (R\$ 0,50/kg), quati do inajá (R\$ 30,00/1000 unid.), canoinha do cipó macaco (R\$ 22,00/milheiro), ouriço da sapucaia (R\$ 40,00 a 60,00/milheiro), orelha de macaco (R\$ 16,00/milheiro), tento vermelho (R\$ 4,00/kg) e tento vermelho e preto (R\$ 6,00/kg). Outros produtos também comercializados: a raiz do alcassuz, marapuama, corda de viola, casca da sucúba, leite de amapá, leite de sucúba, copaíba, muiracatiara e jatobá.

Dessa forma a comunidade podia se manter ao longo do ano, com atividades agrícolas e no período da safra da bacaba potencializar a atividade de extração e comercialização dos frutos.

O valor mais significativo dos PFNM está em seu uso para subsistência e em seu comércio nos mercados locais (SHANLEY, 2005). Segundo a autora, a comercialização sustentável e equitativa de produtos florestais não madeireiros depende muito da espécie, de

sua ecologia e do grau de manejo ao qual é submetido. Seus estudos apontam que entre 4.000 e 6.000 espécies de plantas não madeireiras têm importância comercial em todo o mundo.

“Em todas as áreas de florestas tropicais, os estudos convergem para mostrar que os produtos florestais não lenhosos têm um papel de destaque nas sociedades florestais contribuindo de maneira significativa para a vida cotidiana, fornecendo complementos alimentares (frutos e conseqüentemente caça), medicinais e materiais que servem para a construção das casas, do mobiliário e dos utensílios. Contudo, os produtos florestais não lenhosos estão longe de servir exclusivamente para a subsistência, contribuindo também para o aumento das rendas familiares” (EMPERAIRE, 2000).

Para muitas famílias da floresta ou de sua periferia, os produtos florestais não madeireiros são a única fonte de renda, o único acesso aos bens de consumo, e fornecem às populações urbanas: produtos alimentícios, medicinais, etc., ultrapassando assim o âmbito da economia familiar. Em Baixinha ainda pratica a caça de animais, como: tatu, paca, cutia, jabuti, entre outros. Contudo, esses animais têm ficado cada vez mais escassos de se encontrar na floresta, devido as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Muitas comunidades rurais, especialmente as comunidades tradicionais, possuem uma longa tradição de uso da floresta com habilidades, práticas e conhecimento necessário para garantir o manejo de seus recursos. Ao contrário das empresas, as comunidades rurais não existem somente, ou principalmente, com o objetivo de otimizar a renda líquida de suas atividades (ZARIN, et al 2005).

Milhões de pessoas no mundo dependem e vão continuar dependendo das florestas para sua sobrevivência no futuro próximo (KENNY-JORDAN et al., 1999). Cresce o interesse e multiplicam-se as iniciativas regionais, nacionais e internacionais para proteger e conservar os recursos florestais. Ou seja, observa-se um cenário em que as comunidades que habitam as florestas se tornam aliadas e gestoras desses recursos florestais (AMARAL; AMARAL NETO, 2005)

O extrativismo da Bacaba é feito pelos comunitários de Baixinha e de outras comunidades do entorno, porém as normas existentes são somente para os moradores da comunidade Baixinha, que possuem grupos (de cima, do meio e de baixo), dias e quantidades acordados para a coleta e comercialização dos frutos. Os moradores de outras localidades possuem livre acesso à área, o que fez com que a comunidade também refletisse sobre algumas regras para serem usadas com esses moradores, principalmente em função dos danos na derruba de árvores para a coleta.

Através de uma tabela foi possível identificar os principais problemas ambientais relacionados direta ou indiretamente a comunidade, como: a falta de água potável para consumo; a mudança da água e da biota do Rio Tocantins com a construção da Hidrelétrica de

Tucuruí; o lixo gerado na comunidade; as queimadas desordenadas; o uso de agrotóxico; a diminuição da caça devido ao desmatamento e a falta de ações de educação ambiental na comunidade.

O levantamento fitossociológico foi feito em uma área de 3 há de floresta, utilizando parcelas amostrais ao longo de dois ramais da comunidade. O inventário amostral registrou o total de 4025 indivíduos, distribuídos em 179 espécies, 127 gêneros e 52 famílias (tabela 2). As espécies arbóreas *Hymenaea* sp. (Jutaí), *Guatteria poeppigiana* Mart. (Envira-preta), *Dipiteryx odorata* (Aubl.) Willd. (Cumarú), *Goupia glabra* Aubl. (Cupiúba), *Aniba parviflora* (Meisn.) Mez (Louro-tamaquaré), *Coepia guianensis* Aubl. (Cumatê), *Cordia exaltata* Lam. (Freijó-branco) e *Copaifera* sp. (Copaíba), assim como, as palmeiras *Attalea maripa* (Aubl.) Mart. (Inajá) e *Oenocarpus bacaba* Mart. (Bacaba) estão entre as trinta que apresentaram maiores índices de valor de importância na estrutura da floresta.

Tabela 2: Famílias, número de gênero, número de espécies e número de indivíduos das árvores com DAP \geq 10cm amostradas na área de floresta da Comunidade Quilombola Baixinha, Baião-Pará.

Família	N° de Gêneros	N° de Espécies	N° de Indivíduos
Achariaceae	1	1	40
Anacardiaceae	3	3	41
Annonaceae	3	4	53
Apocynaceae	4	5	32
Aquifoliaceae	1	1	1
Araliaceae	1	1	3
Arecaceae	4	4	196
Bignoniaceae	1	1	13
Boraginaceae	1	2	22
Burseraceae	2	5	40
Chrysobalanaceae	3	6	119
Clusiaceae	4	5	26
Combretaceae	1	1	1
Connaraceae	1	1	2
Euphorbiaceae	5	5	17
Fabaceae	21	35	313
Golpiaceae	1	1	54
Humiriaceae	2	3	18
Lauraceae	4	6	85
Lecythidaceae	4	7	46
Malpighiaceae	1	3	10
Malvaceae	6	8	51
Melastomataceae	2	4	22
Moraceae	4	4	10
Myristicaceae	2	5	20
Myrtaceae	3	3	45
Nyctaginaceae	1	1	20
Ochnaceae	1	1	33

Olacaceae	1	1	3
Proteaceae	1	1	1
Rhizophoraceae	1	1	2
Rubiaceae	2	2	8
Rutaceae	1	1	28
Salicaceae	2	2	6
Sapindaceae	2	2	20
Sapotaceae	6	8	47
Solanaceae	1	1	5
Theophrastaceae	1	1	5
Ulmaceae	1	1	1
Urticaceae	1	3	6
Verbenaceae	1	1	3
Violaceae	1	1	1
Vochysiaceae	1	2	18
Total	110	154	1487

Fonte: Autores.

A comunidade selecionou dentre as trinta espécies com de maior índice de valor de importância, dez espécies potenciais para serem melhor investigadas quanto ao uso e possível comercialização. As dez espécies potenciais selecionadas pelos moradores foram: as arbóreas *Hymenaea sp* (Jutaí), *Goupia glabra* (Cupiúba), *Guatteria poeppigiana* (Envira-preta), *Aniba parviflora* (Louro-tamaquaré), *Cordia exaltata* (Freijó-branco), e *Copaifera sp.* (Copaíba), assim como; e as palmeiras *Attalea maripa* (Inajá) e *Oenocarpus bacaba* Mart. (Bacaba). A escolha dessas espécies considerou a principalmente o fator socioeconômico, no sentido de sustentabilidade alimentar e geração de renda dos moradores (tabela 3).

A Bacaba e o Inajá se destacaram pelos seus múltiplos, pois das palmeiras, tudo se aproveitava, seja para consumo e/ou comercialização. Uma grande parte dos subprodutos dessas palmeiras era usada em artesanato, outra como alimento para os animais e para o homem. A Bacaba tinha grande potencial de uso pelas famílias, visto a grande deficiência da comunidade em outros alimentos, tornando-se o principal alimento consumido no período da safra (tabela 3).

As perspectivas (visão e objetivo) da comunidade Baixinha quanto ao uso da espécie bacaba, estão relacionadas: a) planejamento: feito a partir de um plano de uso ou o manejo do bacabal; b) escala: criar alternativas para aumentar a produção das árvores; c) estratégias: manter os acordos comerciais com o grupo que trabalha com a coleta dos frutos, garantir a qualidade dos frutos e os compromissos a longo prazo; d) benefícios: gerar alternativas de renda adicional as suas famílias; e) mercados: geralmente local e regional; f) produção: manter a quantidade absorvida pelo mercado evitando sobras, e trabalhar com a diversificação a partir de sub produtos; e g) investimentos: baixa capacidade de investimento.

Tabela 3 - Número total (N) de indivíduos com DAP \geq 10cm, Abundância (A), Frequência (F), Dominância (D) e Índice de Valor de Importância (IVI) das espécies.

Nº	Família/Espécie	N (Unid.)	A (N/há)	F (%)	D (m ² /há)	IVI
1	<i>Attalea maripa</i> (Aubl.) Mart.	147	49,00	66,67	0,06	12,27
2	<i>Guatteria poeppigiana</i> Mart.	38	12,67	58,33	0,49	7,19
3	<i>Hymenaea</i> sp.	76	25,33	41,67	0,07	6,81
4	<i>Licania paraensis</i> Prance	62	20,67	58,33	0,03	6,13
5	<i>Lindackeria paraensis</i> Kuhlm.	40	13,33	41,67	0,30	5,71
6	<i>Goupia glabra</i> Aubl.	54	18,00	41,67	0,10	5,49
7	<i>Inga Alba</i> (Sw.) Willd.	28	9,33	75,00	0,18	5,22
8	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	39	13,00	66,67	0,07	5,06
9	<i>Eugenia patrisii</i> Vahl	25	8,33	50,00	0,26	4,70
10	<i>Dialium guianensis</i> (Aubl.) Sandwith	11	3,67	50,00	0,41	4,65
11	<i>Coepia guianensis</i> Aubl.	15	5,00	41,67	0,41	4,63
12	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	42	14,00	41,67	0,09	4,60
13	<i>Cordia exaltata</i> Lam.	21	7,00	58,33	0,21	4,39
14	<i>Protium macrophyllum</i> (Kunth) Engl.	26	8,67	50,00	0,14	4,07
15	<i>Bombacopsis nervosa</i> (Uittien) A. Robyns	31	10,33	50,00	0,06	3,99
16	<i>Ouratea aquatica</i> (Kunth) Engl.	33	11,00	50,00	0,04	3,98
17	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Willd.	19	6,33	41,67	0,20	3,73
18	<i>Inga capitata</i> Desv.	23	7,67	50,00	0,08	3,53
19	<i>Licania latifolia</i> Benth. ex Hook. F.	10	3,33	58,33	0,18	3,50
20	<i>Xylopia poliantha</i> R. E. Fr.	8	2,67	25,00	0,37	3,41
21	<i>Eschweilera parvifolia</i> Mart. ex DC.	13	4,33	58,33	0,11	3,30
22	<i>Aniba parviflora</i> (Meisn.) Mez	41	13,67	8,33	0,05	3,27
23	<i>Copaifera</i> sp.	21	7,00	25,00	0,19	3,26
24	<i>Couepia robusta</i> Huber	27	9,00	25,00	0,11	3,23
25	<i>Manilkara bidentata</i> (A. DC.) A. Chev.	27	9,00	33,33	0,06	3,18
26	<i>Helietta apiculata</i> Benth.	28	9,33	25,00	0,09	3,16
27	<i>Aspidosperma desmanthum</i> Benth. ex Müll. Arg.	14	4,67	41,67	0,12	2,90
28	<i>Poecilanthe effusa</i> (Huber) Ducke	13	4,33	25,00	0,21	2,83
29	<i>Miconia serialis</i> DC.	11	3,67	41,67	0,13	2,80
30	<i>Jacaranda copaia</i> (Aubl.) D. Don	14	4,67	41,67	0,10	2,77

Fonte: Autores.

À diversificação dos produtos oriundos da Bacaba, principalmente a produção de subprodutos (vinho, licor, geleias, doces, sorvete, entre outros), esbarravam em diversos problemas, dentre eles: a falta de infraestrutura adequada, a falta de qualificação/treinamento específicos dos comunitários, a falta de recursos necessários para envasamento, etc.

As principais cidades com que a comunidade Baixinha mantinha comércio de Bacaba são: Mocajuba (400 latas/mês, no valor de R\$ 7,00/lata de bacaba), Baião e Tucuruí (400

latas/mês custando de R\$ 7,00 a R\$ 10,00/lata. No geral, o custo da uma lata (de manteiga = 20 litros de caroço) do fruto da bacaba custava R\$ 10,00, vendido a grosso; Quando a comercialização é feita a retalho: uma lata (de mucilon = 2 litros, custa R\$ 1,00).

Comercializam a bacaba três grupos de moradores: do alto, do meio e de baixo. Cada família tinha como cota um paneiro para comercializar na cidade, durante 3 vezes na semana (2ª, 4ª e 6ª feira), somando o total de 12 paneiros/mês por família. Cada paneiro equivalia a 4 latas de manteiga, assim o custo do paneiro era de R\$ 40,00 e cada família ganhava o equivalente a R\$ 480,00/mês com a atividade. Nas atividades extrativistas, os homens e as mulheres possuíam papéis específicos e nos períodos de pouca produção as famílias faziam o revezamento durante a semana para a coleta e comercialização dos frutos, em sistema de sorteio dos dias das semanas por grupo. (tabela 4).

Tabela 4: Calendário produtivo da Bacaba na comunidade Baixinha, Baião/Pa.

Meses do ano	Atividades	Papel do Homem/Mulher
Janeiro	Colheita e comercialização	Homens: apanham os cachos; Mulheres: debulham os caroços.
Fevereiro	Colheita e comercialização	
Março	Colheita, comercialização e consumo	Homens: apanham os cachos; Mulheres: debulham os caroços.
Abril	Colheita, comercialização e consumo	Homens e Mulheres: amassam os caroços
Maio	Colheita, comercialização e consumo	
Junho	Venda de partes da palmeira da bacaba para artesanato	Homens: apanham os produtos
Julho	-----	-----
Agosto	Colheita, comercialização em rodízio	Homens: apanham os cachos; Mulheres: debulham os caroços.
Setembro	Manejo com roçagem do caminho e ao redor das palmeiras	Homens: roçam Mulheres: vistoriam.
Outubro	Observação das palmeiras que irão frutificar	Homens: vistoriam as palmeiras.
Novembro	1ª Colheita e comercialização	Homens: apanham os cachos; Mulheres: debulham os caroços.
Dezembro	Colheita e comercialização	

Fonte: Coutinho et al (2006).

Além dos frutos, todas as partes da palmeira da bacaba são vendidas para artesanato. São elas: fofó da bacaba ou cavalo (R\$ 0,30/unidade); boneca da bacabeira (R\$ 0,50/unid.); sareua (R\$ 0,30/kg) e palha (R\$ 0,80 kg), assim mostra a tabela 5.

A relação da comunidade com a floresta se relaciona diretamente com a atividade de coleta de frutos e produtos, principalmente da bacaba e do inajá. Contudo outras espécies também são retiradas para consumo e/ou comercialização, estabelecendo assim uma relação de dependência da floresta.

Tabela 5: produtos comercializados da palmeira *Oenocarpus bacaba* pelos moradores da comunidade quilombola, Baixinha, Pará.

Produtos	Descrição	
		
<p>Fruto – O cacho é baixado com ajuda de uma corda ou na coxa do apanhador para ser debulhado e colocado no pano.</p>	<p>Cacho - Após a retirada dos frutos, o cacho da bacabeira é comercializado para confecção de artesanato.</p>	<p>Fofó - É o conjunto de duas partes da folha da bacabeira, a bainha e parte do pecíolo.</p>
		
<p>Canoa - São as folhas modificadas que protegem a inflorescência, denominadas de brácteas ou espatas. Em alguns locais são conhecidas como facão.</p>	<p>Boneca - É o nome dado para a inflorescência sem os seus ramos laterais, onde ficam localizados os frutos.</p>	<p>Saréua - São os ramos laterais da inflorescência, onde as flores e posteriormente os frutos estão presas.</p>

Fonte: Nunes e Hayek (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A floresta significava para a comunidade Baixinha mais do que uma fonte de recursos natural explorável para a subsistência e comercialização, ela também era vista como uma área que deveria ser manejada e conservada para que as futuras gerações pudessem usufruir dos mesmos benefícios que as gerações atuais.

As normas para uso dos recursos naturais, as áreas coletiva de produção, as áreas individuais para fins residenciais, as regras de comercialização da Bacaba, a preocupação com a pesca predatória e a exploração das ilhas próximas a comunidade Baixinha, indicavam que a comunidade possuía uma forma específica e peculiar de gestão de seus recursos naturais, porém nada muito técnico ou formalmente instituído.

A comunidade também enfrentava muita dificuldade de organização interna para o alcance de seus objetivos comuns. Normalmente a organização de dava por grupos de familiares que buscavam melhorias conforme os seus interesses. Isso ocasiona a fragmentação da força comunitária perante os órgãos de fomento e apoio, e conseqüentemente levava a visão por parte da comunidade externa de uma desunião entre os moradores, fator esse considerado negativo, visto que muitas atividades que precisavam ser desenvolvidas seriam de médios e longos prazos.

Outro aspecto importante era o pensamento comunitário com relação à produção e economia. Esse era sempre individual, pois os comunitários não achavam interessante a ideia de criação de uma cooperativa para a comercialização da bacaba e/ou de seus subprodutos, pois acreditam que o sistema de trabalho deles era mais justo, e que ainda não possuíam demanda e escala para comercializar através de uma organização desse porte.

Dentre as espécies de importância econômica e ecológica, as mais importantes consideradas pelos comunitários forão: *Hymenaea* sp. (Jutaí), *Guatteria poeppigiana* Mart. (Envira-preta), *Dipiteryx odorata* (Aubl.) Willd. (Cumarú), *Goupia glabra* Aubl. (Cupiúba), *Aniba parviflora* (Meisn.) Mez (Louro-tamaquaré), *Coepia guianensis* Aubl. (Cumatê), *Cordia exaltata* Lam. (Freijó-branco) e *Copaifera* sp. (Copaíba), assim como, as palmeiras *Attalea maripa* (Aubl.) Mart. (Inajá) e *Oenocarpus bacaba* Mart. (Bacaba). Para essas espécies, recomendou-se ações de manejo, práticas silviculturais e plantios consorciados, visando a maior produtividade e rentabilidade dos produtos, além de estudos específicos de ecologia e mercado como uma alternativa econômico/produziva para a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, A. et. al. **O destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** – Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994. 276p.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste – Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 7º ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- AMARAL, P; AMARAL NETO, M. **Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina.** Belém: IEB: IMAZON, 2005. 82 p.
- BORGES, K H; BRAZ, E M. **Recursos Florestais não madeireiros, versão preliminar do Workshop “Manejo de recursos não madeireiros: perspectivas para a Amazônia”.** Rio Branco, AC, Junho/98.
- COUTINHO, et al. **Diagnóstico Rápido Participativo – DRP da Comunidade Quilombola Baixinha.** Relatório Final. Impresso: Belém, Outubro, 2006.
- CRONQUIST, A. **A integrated system of classification of flowering plants.** New York, Columbia University Press, p. 592–605, 1981.
- EMPERAIRE, L. **A floresta em Jogo. O extrativismo na Amazônia Central.** São Paulo-SP: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- FERREIRA, et. al. **Quantificação e valorização dos produtos da floresta secundária.** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Brasília-DF: FNMA, 2006.
- KENNY-JORDAM, BC; HERZ, C; AÑAZEO, M; ANDRADE, M. **Construyendo Cambios. Desarrollo Florestal Comunitario em los Andes.** Roma. Itália, 1999.
- LIMA, E., Leite, A., NEPSTAD, D., KALIF, K., AZEVEDO-RAMOS, C., ALENCAR, A., LOPES, U. e MARRY, F. 2003. **Florestas Familiares: um pacto sócio-ambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia.** Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAN). Belém, Brasil. 106p.;il.
- NUNES, W; HAYEK, J. **Pesquisa de mercado para os produtos da palmeira bacaba (Oenocarpus bacaba Mart.) da área de remanescente de quilombo Baixinha – Baião/Pará.** Relatório Final, 2008.
- SHANLEY, P. **Além da Madeira: certificação de produtos florestais não madeireiros.** /Por Patrícia Shanley, Alan Pierce e Sarah Laird. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005.
- SHANLEY, P e MEDINA, G. 2005. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica.** Belém: CIFOR, Imazon, 300p.
- SCHETTINO, L. F. **Gestão Florestal Sustentável: Um Diagnóstico no Espírito Santo.** 1. ed. Vitória: Luiz Fernando Schettino, 2000. 187 p.
- ZARIN, Daniel J. [et al.]. **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?.** Organizadores; traduzido por Tutecleia Portilho Zarin e Patrícia Delamônica Sampaio, - São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

Recebido para avaliação em 20/08/2016.

Aceito para publicação em 20/07/2017.